

Idioma e Soberania: Nossa Língua, Nossa Pátria

Papel político-lingüístico do Brasil no contexto de um novo mapa de integração

Enilde Faulstich - Senhoras e senhores, já tive oportunidade de dizer, na semana passada, em entrevista para os meios de comunicação, da importância, do mérito de se realizar uma atividade como esta, denominada seminário, que leve em consideração estudos, preocupações e debates sobre o idioma. A par dos meus agradecimentos à Câmara, a todos os responsáveis pela elaboração deste evento que considero na verdade um projeto — tendo em vista as expectativas já demonstradas hoje para que algo se concretize até amanhã —, eu gostaria de destacar a presença dos meus alunos da Universidade de Brasília, estudantes do curso de Letras e outros, dos estudantes de outras universidades e faculdades particulares e de escolas secundaristas públicas e particulares. Aos meus colegas que aqui se encontram e aos colegas que ainda não tive oportunidade de conhecer, professores de outras escolas de Brasília e de outros estados, quero agradecer o fato de estarem aqui presentes, prestigiando esta palestra. A essas pessoas devemos agradecer, desde já, a presença e conferir-lhes o mérito de estarmos realizando, neste auditório lotado, um evento desta natureza.

Meu tema é "O papel político, lingüístico do Brasil no contexto de um novo mapa de interação social". De antemão peço desculpas porque vou destoar um pouco das duas conferências anteriores, mas, ao mesmo tempo, eu considero que todas as ilustrações feitas pelo jornalista Eduardo Martins e pelo professor Volnyr servirão de fundamentação para o que eu pretendo dizer aqui nesta viagem que vamos fazer com a língua portuguesa.

Situação do tema

O assunto desta conferência está diretamente relacionado à difusão da língua portuguesa no espaço social e político em que a língua tem o estatuto de oficial. Serão consideradas ainda as iniciativas controladas por meio de organismos que têm por meta difundir ou implantar línguas nas sociedades contemporâneas, em nome de uma política de colaboração plena.

1. Considerações em torno da oficialidade da língua

Como é sabido, o português, antes de converter-se em língua oficial das diversas nações que hoje a têm sob este rótulo, teve de coexistir, no mesmo espaço geográfico e social, com outras línguas e com outras culturas. Não é de estranhar que, naquele momento, a situação que se estabeleceu, em todas as comunidades receptoras, era, naturalmente, a de *bilingüismo*, refletido, de um lado, pela(s) língua(s) naturais já existentes e, do outro, pela novidade que chegava com a cultura alienígena dos colonizadores, a saber, nova língua e novos hábitos culturais europeus. Para além das incursões de a língua portuguesa ter seu papel relevante na formação dos novos Estados, convém lançar um olhar a alguns fatos que a história revela como fenômenos de internacionalização e de valorização da cultura herdada de outros povos.

Civilização Atlântica

Assim, para configurar aspectos do novo mapa de interação que se desenha, vale a pena rever o ponto de vista do escritor Felipe Armesto, exposto no programa Milênio, quando ele se refere ao papel do Brasil, ao lado de Portugal e África, na formulação da história mundial contemporânea. Dentro do quadro de reconceituação histórica de Armesto, "a América Latina — o Brasil especialmente — é uma arena de enorme importância na História deste milênio" porque é "um paradigma de como culturas que estavam apartadas se reaproximam, se juntam em contato, em contágio, em conflito, em comércio, e transformam uma à outra". E justifica: "o Brasil é obviamente o mais multicultural país do mundo hoje em dia, quer dizer, é quase um caso exemplar do que aconteceu com o mundo neste milênio, pois é um lugar do qual tantos produtos e influências se irradiaram para outras partes do mundo". E questiona: o que seria do mundo sem a pimenta e outros produtos que saíram do país?

Nesta figura nós nos preocupamos em utilizar o pensamento de Armesto para mostrar o ponto em que se realiza, por exemplo, o pólo cultural de interesse por meio dessa visão de cultura atlântica. Aqui nós temos a concepção clara de que o Brasil não está isolado, de que há uma razão para

que a língua portuguesa como entidade oficial do país se relacione com outras comunidades. Dessa forma, nós vemos sombreado no mapa Civilização Atlântica esse pólo cultural em que Brasil e África, frente a frente, olham para o Atlântico com a mesma percepção de se difundir no mundo. O que seria das Américas — pergunta o escritor — se não fosse a África? Como disse, aqui nós temos a noção clara de que o mundo, numa história passada e, podemos prever, numa história futura, se organiza numa visão em que o campo para a língua portuguesa está situado, está estruturado, mas nós precisamos ainda repensar o papel da língua e dos Estados dentro desse projeto.

É curioso observar que nesse mapa temos Moçambique voltado para o outro mar e de costas para aquela civilização. Talvez isso explique o que é Moçambique hoje, como cultura e como nação de língua oficial portuguesa. Vamos falar sobre isso mais adiante. De todo jeito nós encontramos, na sombra da navegação que idealizamos como pólo cultural desse encontro atlântico, um ponto de reflexão para o mundo que passou e para o mundo que virá.

"As grandes navegações portuguesas que aportavam no Brasil e levavam esses produtos além-mar foram formas de transmissão muito importantes. O Brasil é, nesse cenário, uma arena em que influências de outros lugares foram recebidas, sobretudo os vetores humanos da mudança. Ao lado das grandes transformações da segunda metade do milênio, como a difusão de imigrantes europeus por todo o mundo, especialmente cruzando o Atlântico, o Brasil foi um pólo responsável pela grande entrada demográfica da África nas Américas."

Interrogado a respeito do âmbito cultural a que o Brasil pertence, Armesto defende que o Brasil pertence à civilização atlântica. Chama atenção para o fato de que a inserção do país nessa categoria não significa que o Brasil não seja interessante como Brasil, mas que pertencer à civilização atlântica, num sentido verdadeiro, é ser negro e branco, europeu e africano — o Atlântico passa a ser lido como um pólo de interesse cultural, em que as civilizações que margeiam o oceano, a americana, a africana e a européia olham para o mar, enorme canal comunicativo de negócios de todas as naturezas. Esse raciocínio é concluído de forma surpreendente quando o escritor chama atenção para o fato de que um Estado multicultural modelo para tornar-se tal, carrega consigo a tragédia da exclusão — no caso do Brasil, foram os índios os marginalizados. A inferência que cabe ao caso, é a de que os índios não faziam parte diretamente da civilização atlântica porque não eram comerciantes natos. A herança indígena é interna e desta não houve difusão além-mar.

Se prosseguirmos por esse caminho para discutir o papel político e lingüístico do Brasil no contexto de um novo mapa de interação social, verificaremos que o mundo se redesenha a partir de ações em que a influência brasileira se joga em direções polares com metas e projetos sociais, culturais e lingüísticos, tendo por base políticas estruturadas para atingir os meios desejados. Passaremos, então, à reflexão de itens pontuais que compõem nosso assunto.

2. A referência do Português como língua materna e como segunda língua, tendo como cenário os espaços concretos de unidade e de variedade

Universo da CPLP

É ponto pacífico que em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, pelo lado africano, e que em Timor Loro Sae, pelo lado asiático, a língua portuguesa não é língua materna, tem o desempenho de segunda língua. Por sua vez, no Brasil, o sentimento é o de que o português é a língua materna e a língua oficial da nação. Nesse campo, toda generalização é perigosa e, por isso, cabe alguns ajustes nestas concepções. O Brasil abriga diversas línguas maternas de comunidades que também compõem o colorido da nação. Assim, a reflexão sobre as variedades lingüísticas põe em relevo que o conceito de língua materna não coincide com o de língua oficial. O Brasil tem o português como língua oficial da nação, e convive, com outras, como o japonês, o italiano, o alemão, o chinês, o espanhol etc. para cujas comunidades o português, ainda que no mesmo espaço planificado, é segunda língua.

A definição de língua a ser usada por uma nação não depende exclusivamente da vontade dos que a usam, mas também do alcance social da comunidade nas relações internacionais. Nenhum

negócio se faz sem comunicação lingüística e, sob esse prisma, as línguas são o primeiro e praticamente os únicos instrumentos de ordem legal para a definição de papéis e de ações jurídicas. E para essa conjugação de efeitos, quanto mais a língua da comunidade é *de prestígio*, mais ela alcança resultados. Estamos considerando língua de prestígio aquela que, de um lado, resulta de atitudes lingüísticas naturais, usada, como vernácula, pelos falantes territoriais em todas as atividades de comunicação geral e, por outro lado, aquela — que pode ser a mesma — que resulta de uma ação de política lingüística estatal, assunto de que trataremos mais adiante.

De acordo com essa concepção, nem as línguas nacionais africanas, nem as línguas crioulas, nem a asiática, no caso do Timor, — concebidas como maternas — corroboram plenamente para a difusão daquelas culturas e para os intercâmbios que os negócios do mundo moderno exige. Para que as nações em causa se fixem no plano do desenvolvimento internacional, foi eleita para desempenhar este papel uma segunda língua, cuja justificação é muito mais histórico-político — resultante da relação colonizador e colonizado — do que lingüístico-político, o que recairia na categoria de escolha de uma língua de prestígio.

Este mapa representa a constituição da CPLP, e devemos levar em consideração que cada uma dessas nações possuem suas línguas naturais, suas línguas de comunicação interna. Nesse caso, como, então, resolver um problema de comunicação externa? Qual é a língua de prestígio eleita hoje? É a língua portuguesa. É sobre ela que estamos debatendo, é por ela que estamos lutando nesses dois dias de seminário.

O Brasil também apresenta um quadro bastante favorável para essa interpretação; a interpretação de que, no plano da nação, outras culturas corroboram para a formação de pensamentos e de entidades lingüísticas. Serafim da Silva Neto (1951, apud Ilari, 1992:240) considera que três fases assinalam a história da implantação do português no Brasil: (i) de 1533 a 1654 ocorre a situação de bilingüismo, a maior parte da população concentra-se na Bahia e em Pernambuco, falando predominantemente a língua geral ou língua brasílica, denominações que remetem ao tupinambá ou tupi antigo; (ii) de 1654 a 1808 a língua geral perde terreno, "limita-se às povoações do interior e aos aldeamentos dos jesuítas", disseminando-se o português pela costa, praticando-se falares crioulos e africanos no interior; (iii) a partir de 1808, com a intensa "relusitanização" do Rio de Janeiro provocada pela vinda de cerca de 18 mil portugueses que fugiam à invasão francesa e que dobraram a população da nova capital, o português difunde-se pelo interior, surgem novas cidades, distinguindo-se os falares rurais dos falares urbanos.

Essa divisão metodológica serve aos propósitos de demonstrar, grosso modo, o perfil do território nacional em que o português adquiriu o estatuto de língua supranacional, sem ser necessariamente a única língua.

3. Alguns pressupostos que diferem *políticas lingüísticas de ação política para o ensino*, no plano das decisões jurídicas e no processo de reconceituação do mundo globalizado

A internacionalização das trocas políticas e econômicas é feita por meio das línguas oficializadas no âmbito dos estados, em decorrência do conceito de supranacionalidade, conceito este gerado no plano teórico das decisões. No plano prático, todavia, compete aos Estados regularizar suas políticas lingüísticas nacionais, de acordo com a história dos fatos já ocorridos e, ao mesmo tempo, rever estes fatos à luz da nova ordem mundial. Compete, também, estabelecer princípios de harmonização intralíngua, com base em todas as variedades para que a comunicação interlingüística resulte bem-sucedida. Compete, ainda, aos estados, em nome do transnacionalismo e do interlingüismo, criarem uma firme política de ensino e de aprendizagem da(s) língua(s) em causa, a fim de auferir-lhe(s) prestígio e de manter identidades.

Como princípio de ética, qualquer política de línguas deverá trabalhar a unidade e a diversidade. Não se trata de pólos de contradição, mas de eixos de transição. A unidade é uma razão do Estado e a diversidade ou variedade é a matéria lingüística própria da comunidade, pois reflete a língua em uso, ou seja, as linguagens verbais, por meio das quais os indivíduos se comunicam. A unidade é resguardada pelo padrão oficializado em um modelo de gramática e a variedade se faz representar nas diversas gramáticas práticas e pragmáticas de um Estado lingüístico. Para compreender como se desenrola o discurso social, precisamos saber como a língua e as

linguagens representam nossas experiências. Para isso, é preciso refletir sobre a maneira como as linguagens realizam as ações de interação em espaços concretos.

Na revisão da literatura acerca de língua, consideramos a declaração de Aurox (1998:19) suficiente para nos situar no ponto em que interessa discutir o assunto. Diz o autor que "a língua em si não existe. O que existe, em certas porções de espaço-tempo, são sujeitos, dotados de certas capacidades lingüísticas ou ainda de "gramáticas" (não necessariamente idênticas) envolvidas por um mundo e artefatos técnicos, entre os quais figuram, por vezes, gramáticas e dicionários. Dito de outro modo, o espaço-tempo, em relação à intercomunicação humana, não é vazio, ele dispõe de uma certa estrutura que os objetos e os sujeitos que o ocupam lhe conferem." (p. 19) Ora, não é difícil deduzir que *língua*, enquanto tema (*théma*), é uma metáfora que só se concretiza ao ser argumentada (língua portuguesa, língua espanhola, língua inglesa etc.) e ao ser desempenhada em linguagens.

Dentro dessa noção de espaço e tempo, a língua que se apresenta é a que funciona como suporte língua risco. E não necessariamente aquela que é compreendida como estrutura. É interessante observar que quando dizemos que a língua tal se modificou ou quando nós usamos a expressão "a língua desapareceu", "a língua morreu", estamos fazendo uma metáfora. A própria natureza da organização do mundo lingüístico nos induz a predicar a língua. Não existe língua. Existe língua portuguesa, francesa, inglesa, japonesa etc. A predicação é fundamental, senão estamos tratando de algo extremamente abstrato, inconsistente, que só se realizará como ação concreta, como linguagem num espaço de fala, quando ela for determinada. Portanto, do ponto de vista mais amplo, incluiremos nessa leitura o surgimento da língua do Brasil, distanciado que já estava o português dos objetos e dos sujeitos europeus.

No processo de constituição da língua portuguesa no Brasil, esta, como vimos, passou por contatos diretos entre a língua do colonizador e a enorme variedade de línguas indígenas espalhadas pelo espaço geográfico nacional. Juntaram-se a elas, mais tarde, as diversas línguas africanas dos negros que eram distribuídos nas primeiras províncias brasileiras para execução do trabalho braçal. Durante séculos, as línguas em contato serviram, entre outros fins, para modificar o panorama lingüístico nacional, porque as transformações criavam condições necessárias para formar o espírito de nacionalidade. Nesse contexto, a língua portuguesa adquiriu especificidades locais e começou a definir-se como variedade brasileira, culminando em 1922 com a Semana de Arte Moderna que privilegiou as singularidades do falar brasileiro, com ênfase ao tom coloquial da linguagem.

Ora, sabemos bem que a relação entre história, história de língua e língua em si é complexa e se faz de forma lenta e gradual durante os processos de formação de identidade e nacionalidade. Vamos tomar emprestado de Orlandi (1998:7-8) alguns fatos que servem para justificação:

1) no Brasil, línguas indígenas desapareceram dada a relação de contato com o homem branco mais ou menos violenta;

2) com a meta de revitalizar a cultura indígena, índios falam línguas produzidas por missionários e mesmo por lingüistas e antropólogos — o que não corresponde mais a uma história autóctone;

3) no Brasil dos séculos XVII e XVIII, usou-se maciçamente uma língua geral, em suas diferentes modalidades, cujos resíduos ainda sobrevivem, mesmo que invisível, na língua nacional ou em regiões habitadas por populações indígena.

(Hoje pela manhã alguém fez referência ao uso da língua geral ainda na Amazônia e se sabe que também no interior de São Paulo);

4) há vestígios dos dialetos africanos incorporados pela língua nacional e falares marcadamente africanos em diferentes grupos populacionais brasileiros.

(As universidades estão cheias de dados dessa natureza. Nem é preciso discutir muito esse aspecto);

5) há os falares dos imigrantes com suas línguas próprias ou mescladas pelas influências nacionais;

6) há o português do Brasil, afetado por todos esses processos de identidade, e o português de Portugal, que se mantém, a nosso ver, língua de colonização.

Estes recortes históricos servem para demonstrar que a língua do Brasil resulta, entre outros, de confrontos, alianças e de tensões com outras línguas. É uma razão que pode justificar o uso atual de, pelo menos, duas macrovariedades, a do Brasil e a de Portugal, se não quisermos nos deter nas variedades dos falares portugueses da África, onde cada comunidade apresenta o uso que lhe é próprio e que é fruto do grau de identidade que cada uma das nações possui com o idioma português e do contato deste com as línguas nacionais.

Como se fora um paradoxo, o conceito de globalizar, inspirado no princípios de integração, provoca a inviduação, e, assim, as características assemelhadas ganham foros de autonomia. Pode ser este o pano de fundo para que o mundo das línguas se revele, na atualidade, um campo fértil para a construção lingüística dos mercados. Na União Européia, a variedade continental do português está ao lado de diversas outras línguas comunitárias, por decisão jurídica e por decisão de uma ação estatal de política lingüística. No Mercosul, o português sul-americano é língua desse mercado, ao lado do espanhol, por decisão jurídica, mas ainda sem o desenho de uma ação política estatal que a difunda. Se um território ou um Estado-Nação tem por meta preservar sua língua nacional, materna ou oficial, é preciso, antes de tudo difundir-la, porque, quanto mais utentes desfrutarem dessa língua, mais ela é preservada pela necessidade própria de ser usada na comunicação. Assim, ao contrário dos objetos concretos, para *preservar* uma língua é preciso *difundi-la*, porque a vitalidade de uma língua depende de sua utilização efetiva.

Essa é a tese que defendemos nesse projeto, quando se fala em defesa da língua. É exatamente o contrário de qualquer outro objeto concreto.

Para defendê-la, vamos difundir-la, porque, como disse, quanto mais pessoas falarem, mais ela terá capacidade de ser preservada por aquele que a adotou. Talvez aqui nós possamos incluir toda a discussão em torno primordialmente do inglês. Vamos tocar nesse assunto um pouco mais adiante. Ao discutir conceitos básicos de política lingüística para a Espanha, Marin (p. 9-10) aponta-nos caminhos de cooperação que enfraquecem atitudes de imposição. Assim, a política lingüística estatal não deve ser uma política de decretos, não deve apresentar-se como rede de disposições legais, nem deve pretender ter um tom coercitivo. O professor Volnyr acabou de dizer isso com outras palavras. No contexto positivo, o fundamental é realizar uma série de ações, cujas repercussões lingüísticas sejam evidentes. Ações educativas que envolvam pesquisas ativas conjuntas com os conselhos superiores de pesquisa, com as universidades, com as agências de cooperação internacional, com as bibliotecas, entre outras muitas possibilidades que os estudos lingüísticos permitem. É bem verdade que nenhuma ação de política lingüística caminha sozinha e cabe ao Estado dar respostas ao problemas lingüísticos, quando cria, por exemplo, legislações lingüísticas de longo alcance social. Cabe também ao Estado dar suporte a políticas educacionais que garantam o uso das línguas oficial ou oficiais, nacionais e línguas minoritárias no espaço geográfico, a saber, território e país, e no espaço étnico, a saber, pátria e nação.

Voltando ao início da nossa reflexão. Se considerarmos que é papel do Estado zelar pela unidade, compete a nós, usuários, preservar a variedade, que reconhecemos existir em toda nação. É preservando a variedade que podemos ter a unidade. Esse é um princípio quase familiar. Quanto mais variada a família, mais temos condições de nos unir, porque temos novidades a contar. Não gosto muito dessas metáforas, mas de todo jeito vale a pena citá-la para que não pensem que estamos raciocinando de forma paradoxal. A unidade é contrária à diversidade? Não. A diversidade corrobora a unidade, numa visão de mundo que se quer manter como unidade lingüística. Políticas lingüísticas condizentes com ações políticas adequadas e com políticas educativas estruturadas à luz das necessidades do Estado garantem a comunicação nacional e transnacional eficiente e promovem a língua em causa.

4. A comunicação transnacional e o desenho de novo mapa de interação lingüística e social

O distanciamento entre português do Brasil e o português de Portugal está evidenciado tanto na língua oral quanto na língua escrita contemporânea. Ilustra a deriva da língua portuguesa opiniões como a do jornalista português Vital Moreira, na "*Crónica do falar lisboetês*" quando diz: "este falar português, cada vez mais cheio de "chês" e de "jês" — como em "dichiplina", em "L'jboa" — [...] afasta cada vez mais a pronúncia em relação à grafia das palavras e torna o português europeu uma língua de sonoridade exótica, cada vez mais incompreensível já não somente para os espanhóis (apesar da facilidade com que nós os entendemos a eles), mas inclusive para os brasileiros, cujo português mantém a pronúncia bem aberta das vogais e uma rigorosa separação de todas as sílabas das palavras".

Esta demonstração empírica da gramática da língua serve de dado para chamar a atenção para o distanciamento incontestado entre as variedades do português, que são opções simétricas dos usos europeu e sul-americano; as repercussões, todavia, incidirão na língua em difusão. Esse ponto vai ser retomado logo em seguida, quando questionarmos que português vamos ensinar. Merece destaque esta ação de demonstração empírica, porque, se não temos demonstração empírica, ficamos no plano do "ouvir dizer, parece que", e hoje temos condições de analisar dados que configurem o caminho que essas duas variedades tomam.

Outra opção que merece destaque é, na Universidade de Brasília, o curso de Licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua, em cuja formulação filosófica e pedagógica destaca-se a variedade da língua que subjaz na formação dos futuros professores. Cabe lembrar a atitude dos portugueses diante das marcas variantes do Brasil que, até há pouco tempo, ao comparar as daqui com as de além-mar, rejeitavam a fala da nova Nação. Tal panorama muda neste fim de século.

Estes três casos concorrem para o redesenho do novo mapa Brasil-Portugal, porque, 500 anos depois, a língua portuguesa navega em direção sul-norte. Em 1500, nós recebemos a variedade europeia, a língua de Portugal. Hoje nós podemos redesenhar o nosso mapa considerando que o fluxo não ocorre de lá para cá, Norte-Sul, mas Sul-Norte, justificado como a língua portuguesa que navega. O português do Brasil entra sorratoriamente em Portugal pelas novelas, pela música, pelos programas de TV a cabo, pelas trocas científicas, pelas cimeiras de política fraterna. Diante disso, qualquer ação de política lingüística conjunta questiona: *Que língua portuguesa ensinar? O que é a unidade?* Talvez a atitude política mais adequada seja a do respeito à própria língua que — como já dissemos — é um objeto abstrato, realizada pelas linguagens dos sujeitos que a dominam.

Se são os sujeitos que a dominam, os sujeitos não podem falar como outros sujeitos falam. Portanto, a questão fica para todos os professores de português que aqui se encontram, para aqueles que lidam com a língua portuguesa: o que é unidade? E que língua portuguesa ensinar? Estamos no meio do caminho, estamos fazendo a história. O ponto seguinte de nossa reflexão leva em conta a posição do Brasil diante do canteiro lingüístico dos Povos da África de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Aqui eu gostaria de deixar, digamos, um recado sobre o uso que se tem feito, quase que de forma irrefletida, de determinadas expressões para denominar a África: "África lusófona", "África de expressão portuguesa". Há Áfricas reais, e estou falando com conhecimento de causa porque tenho estado muito em contato com africanos e portugueses, em reuniões, em cimeiras. Nós estamos utilizando aqui justamente povos da África de língua oficial portuguesa. Em relação a esses países há estimativas um pouco inconsistentes de dados com relação à população e à população que fala português, o que faço questão de ressaltar porque esse aspecto reflete as dificuldades que se tem ainda hoje num trabalho que considere a língua portuguesa na África. Qual a quantidade de língua portuguesa que habita os diversos países da África?

Em cada um desses países, a parcela de língua portuguesa — que é oficial e segunda língua — é *a priori* conduzida pela norma europeia. Isso é interessante. Quando se fala em português da África, a primeira relação que se faz é a de que os africanos falam o português europeu, a variedade europeia. Por isso, nós estamos iniciando um trabalho de gestão, de metas que

pretendemos atingir muito brevemente e que é a razão de já utilizarmos a seta no sentido da navegação. Devo concluir minha fala dizendo de que maneira realizaremos este projeto.

Em virtude disso, é lugar comum considerar que na África dos PALOP se fala o Português de Portugal. Esse suposto nos parece uma interessante falácia, pois, se no Brasil falamos o português do Brasil, por uma questão de lógica clássica, em Angola falam o português de Angola, em Cabo Verde falam o português de Cabo Verde, em Moçambique falam o português de Moçambique e assim sucessivamente. O novo mapa que desenhamos atinge essas comunidades africanas, e a variedade do português do Brasil será mais uma opção que deverá somar-me às diferenças africanas.

No novo mapa de interação, o português do Brasil chegará ao Timor Loro Sae, cuja língua nacional é o tetum. Loro Sae significa leste. A meta é cooperar, por meio do ensino da língua, na reconstituição da identidade do Timor Loro Sae, um trabalho diferente do que se poderá fazer na África. Malgrado todos os problemas de guerra em que vivem alguns países da África, malgrado todo o problema recentemente ocorrido com Moçambique, a Carta Magna de cada um deles estabelece o português como língua oficial.

Em se tratando dos espaços lingüísticos, o *vazio*, que corresponde a um espaço a ser preenchido por uma língua de comunicação, induz a que a língua portuguesa venha a ser, ali, a primeira língua de comunicação externa e a segunda língua de comunicação interna, ao mesmo tempo. É preciso que, em relação ao Timor, se tenha uma visão diferente daqueles países cujo espaço já está plenamente preenchido, como é o caso, por exemplo, do Brasil. Quando digo isso estou me referindo à língua

O espaço lingüístico nacional é plenamente preenchido pela língua portuguesa mais as línguas indígenas, as línguas minoritárias de comunidades que falam línguas estrangeiras. O que o inglês pode fazer conosco, se estamos com os espaços preenchidos? É diferente no Timor, cujo espaço lingüístico está vazio. A língua que chegar lá não será a materna, porque eles têm o tetum, mas terá grande importância para a comunicação interna e externa. Diante desse quadro, o futuro ministro do Timor, padre Filomeno, que ouvimos hoje pela manhã neste seminário e esteve ontem conosco na Universidade de Brasília, diz: "Nós queremos o português e nós queremos o Brasil. Não estou excluindo Portugal, mas precisamos do Brasil". Então, vamos ver o que podemos realizar. Esta é uma ação longa, mas já está se desenvolvendo.

As atuações conjuntas do departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula (LIV) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) concretizam a entrada do português do Brasil no plano de uma ação de política educativa em colaboração plena com a África dos PALOP e com o Timor Loro Sae.

Está à disposição dos interessados, o projeto LIV/CPLP, elaborado pelo LIV e com participação efetiva do secretariado da CPLP, em Lisboa, da embaixada do Brasil em Lisboa, do ministério das Relações Exteriores do Brasil, das instituições de educação da África e do Timor e com apoio pleno da Universidade de Brasília. O projeto visa à *formação de formadores* para o ensino da língua portuguesa, a fim de despertar aptidões e de habilitar falantes das comunidades atingidas para os usos oral e escrito em quaisquer eventos de comunicação.

Este é o símbolo da CPLP, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, cuja sede é em Lisboa. No momento o secretário-executivo é o angolano Marcolino Moco, o secretário-executivo Adjunto é o são-tomeense Rafael Branco, que também já esteve conosco discutindo o projeto. Agora em julho muda a direção da CPLP e o secretariado será do Brasil. Então, é hora de nós, brasileiros, atendermos a um "apelo", que coloco aqui entre aspas porque não estou autorizada a repetir. Muitos dos meus colegas aqui presentes estiveram em reunião com o doutor Rafael Branco em que ele disse: "É hora de a CPLP deixar de ser uma comunidade de afeto somente e passar a ser uma comunidade de efeito". É o que estamos tentando com trabalho de política lingüística e com profundo trabalho político: realizar essas ações conjuntas.

Um artista gráfico, por solicitação minha e da minha colega, professora Daniele Grannier — somos as duas que desenvolvemos fortemente este projeto na Universidade de Brasília —,

ousou incluir (a CPLP que me perdoe, mas já nos sentimos tão próximos!) o logotipo da UnB no centro da rosácea símbolo da CPLP, para mostrar a integração, a defesa, a difusão e a preservação da língua portuguesa.

Por último, interessa-nos comentar a pluralidade lingüística natural e a pluralidade lingüística induzida por legislações que o mundo globalizado produz.

Consideramos a convivência do português com o inglês, no plano nacional, como um caso de pluralidade lingüística natural. Quer dizer, o inglês é hoje a língua estrangeira mais estudada, por isso mesmo a mais difundida e, naturalmente, a mais preservada e, ciclicamente, a mais difundida, por isso mesmo ela atinge com muito mais facilidade comunidade outras.

Este movimento é quase inevitável porque uma língua, quando viaja, leva consigo termos e conceitos de produtos novos ou termos e conceitos recriados para renomear produtos existentes. Quanto mais uma sociedade desenvolve *tecnologia*, mais ela faz *terminologia*, pois as coisas, as ações recebem denominação no berço próprio de sua criação. Todas as línguas são boas para esse fim, mas nem todas são ativadas, porque, se o desenvolvimento científico e tecnológico é inibido, as linguagens de especialidade — espaço concreto do fazer saber lexical e terminológico — são, por sua vez, tímidas. O inglês e o português são casos a serem interpretados nesse esquema.

No Brasil, é preciso que se diga, o inglês entra não somente como veículo de denominação de novas tecnologias, mas como expressão de modismos. Não raras vezes a palavra aparece deformada do ponto de vista gráfico; do ponto de vista semântico, o significado que aqui recebe nem sempre coincide com o da origem, e do ponto de vista do uso, em diversos casos, utilizam-se anglicismos desnecessários e, até, incoerentes na situação do emprego contextualizado. Cabe, em grande parte das ocorrências, perguntar: Isso é, de fato, inglês? Os falantes do inglês reconhecem nesses rótulos, recriados e enquistados nas outras línguas, sua língua materna? Até onde o vocabulário inglês é de fonte própria e não retirado do fundo de cultura do latim e do grego? Não estaremos nós sendo relatinizados pelo inglês? A expansão do inglês, que aparece ligada à dependência colonial e é acusada de desempenhar papel de segunda língua, retrai a inovação da primeira?

Em dissertação orientada por mim e defendida no LIV, em dezembro passado, chegamos à conclusão de que o português reage a cada item lexical estrangeiro que entra. O item lexical estrangeiro, por encontrar uma lacuna disponível, estabelece *competição* com o nacional e *provoca* o surgimento da expressão equivalente em português. E as duas passam a ser formas variantes, usadas de maneira consciente, nos discursos oral e escrito. É como se o uso inglês produzisse incerteza no espírito do falante e o português fosse insuficiente para dizer o que pensa. Estabelece-se nesse processo tautológico a guerra lexical em que o inglês sobressai por não ser expressão vernacular e o português reage a essa interferência. Podemos justificar o preenchimento das lacunas por diversas razões: inexistência de coisas e de nomes dessas coisas, renomeação de sentimentos, de atitudes, de profissões, desejo de "melhor explicitação" semântica com o intuito de estar na moda, ignorância mesmo da língua portuguesa, entre outras.

Em outras palavras, nesse estudo sobre o inglês como uma variante no plano nacional do português, trabalhamos com diversas variáveis sociais, educacionais, temporais, geográficas — só não trabalhamos com variáveis de sexo —, que nos deram a informação de que para cada entrada, para cada termo inglês há um equivalente em português. A relação é de um para um.

Vimos aqui mesmo, na palestra do jornalista Eduardo Martins, na exemplificação do professor Volnyr, que isso é possível, ainda que esse um brasileiro seja adaptado. O inglês não fica inerte, não fica puro. Ele provoca o surgimento de um outro item lexical nacional, e compete àqueles que realizam a linguagem usar ou não usar. O jornalista Eduardo Martins mostrou de que forma no Brasil se maltrata o inglês, e não o português. Isso é que é curioso! Imaginem o que deve sentir um falante do inglês quando vê essa invasão na sua língua em um outro país que parece que está falando sua própria língua! Sabemos que o inglês se configura como língua estabilizada. Quem navega hoje é o espanhol. Quem viaja é o espanhol. E se nós não começarmos a nossa navegação e a criação de um novo mapa, vamos ficar no mesmo lugar, só reclamando. Bem, o

inglês já se estabilizou. O fundo de cultura do inglês é a base para a criação de novos termos, ou nova terminologia científico-tecnológica, mas, como disse, o fundo de cultura do inglês é o latim. Nós estamos discutindo na universidade o que está acontecendo com esse inglês que sai: é o inglês que acaba relatinizando as línguas latinas, porque ele não é próprio. O inglês, as línguas anglo-saxônicas não têm fundo de cultura, e isto foi dito aqui hoje. Elas vão ao latim, ao grego principalmente, e aparecem com cara de inglês. Nós falamos "mídia", por exemplo, porque nós queremos, já que existe *media*. O francês fala "*mediá*". Quando citou como exemplo o caso de "vão *no stop*", o Eduardo Martins imediatamente ativou o equivalente nacional: "Por que não dizem 'sem escala'?" Foi a reação, o que a tese da minha estudante comprovou: o inglês como elemento de variação, e não como inimigo no português.

É preciso realmente tomar cuidado com o quê? Com a invasão de inglês? Não. É preciso tomar cuidado com quem está escrevendo os exemplos que foram aqui apresentados pensando que está escrevendo inglês. Portanto, o "vão *no stop*", que aparece no argumento de vão, aparece também no *rouge à lèvres* que eu comprei. E não posso dizer que é "batom sem escala"! E agora? O que significa *no stop* em francês, em português, no inglês americano, no inglês britânico? O que se passa? Que língua estamos falando? Acho que cabe questionar isso, e esse inglês tem de estar entre aspas.

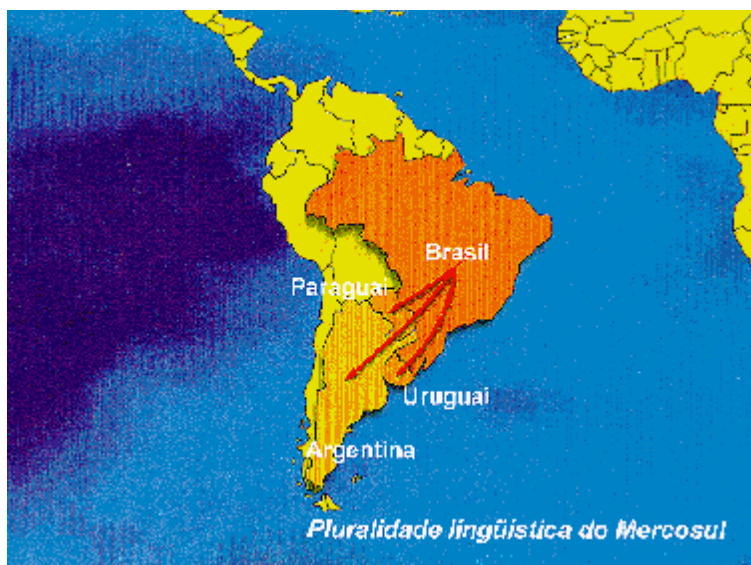
Malgrado o incômodo que as sociedades de línguas românicas demonstram no que se refere a uma possível "invasão do inglês", é preciso dizer que o contato faz parte da história da diversidade todas as línguas e que esse processo não será refreado por meio de políticas lingüísticas impositivas, mas por meio de ações políticas educativas que difundam as línguas além-fronteiras. Isso pode ser feito por meio da difusão da(s) língua(s) do Estado-nação: o ensino, a produção literária, as conferências, a edição de revistas, de livros, de jornais, a produção musical, os programas de televisão etc. — tudo isso concorre para a difusão, para a implantação e para a preservação de uma língua.

Ora, nós vivemos em um território cujos habitantes, em sua grande maioria, têm a língua portuguesa como oficial; o mesmo estatuto ela possui em três outros continentes, e está a caminho de oficializar-se no quarto; essa regra demonstra que a língua portuguesa é grande na sua dimensão geolingüística, então por que considerar o inglês — língua estabilizada como primeira de muitos e como segunda língua de comunicação do mundo — uma inimiga? Esta atitude é perigosa porque poderá induzir-nos a ter a mesma animosidade diante do espanhol e poderá produzir a mesma reação em comunidades para onde caminha o Brasil como forte mercado exportador de produtos e de termos. Todo esse cuidado, porém, não nos torna insensíveis diante do uso inadequado e desnecessário do inglês nas sociedades contemporâneas.

Quiséramos nós, que temos o compromisso com a língua nas universidades e nas escolas, poder formular a regra da navegação de modo contrário, e isso não é difícil. O espanhol já está lá. É ação política. Não é a legislação — disse bem o professor Volnyr —; é ação política que nos permitirá agora fazer o transporte.

A propósito da mapa em que mostramos o movimento do inglês, devo ressaltar que dos Estados Unidos deveriam sair setas para todos os lados. Foi dito aqui pelo padre Filomeno que o português será a língua do Timor, e não o inglês, mas certamente este estaria pronto para preencher o vazio lingüístico que ocorre hoje no Timor.

5. O português e o espanhol, línguas que coabitam territórios lingüísticos e um vasto território político: o Mercosul



O português e o espanhol são línguas de dois importantes mercados econômicos. Se, de sua parte, o espanhol tem desempenhado um papel de língua de comunicação internacional efetiva, isso se deve ao fato de esta língua participar das mais diversas sociedades contemporâneas, como resultado de um esforço deliberado, que tem na base projetos de políticas lingüísticas de grande alcance e ações políticas educativas organizadas. Podem ser lembrados aqui métodos amplamente difundidos como o *espanhol fundamental* e obras didáticas com metodologias voltadas para o ensino de segunda língua. O português ainda se reserva um lugar secundário na autodifusão. Vale observar que, ao tratar do português, nosso quadro de referência é o Brasil, e é neste cenário que cabe questionar se há uma política que funcione como um canal propulsor de difusão. Talvez possamos inferir que a política do momento tem sido a que estimula o intercâmbio dentro do país e entre países que falam variedades da mesma língua e o transporte destas para outras sociedades que, de uma forma ou de outra, interessam-se por usá-las. Além disso, o espanhol é língua de grandes conglomerados sócio-urbanos e sabe conviver com o bilingüismo territorial, como ocorre na Espanha — Catalunha, Galícia, País Basco — e Paraguai, por exemplo.

O português, na escala da quinta língua mais falada do mundo, está concentrado em praticamente duas áreas geográficas distintas, que são, de maneira efetiva, focos de difusão: Portugal e Brasil. No sentido estrito de intercâmbio, é quase necessário que brasileiros e portugueses "aprendam a língua" uns dos outros. Está claro, como já vimos, que há afastamento entre os esquemas lingüísticos, o que configura diversidade normativa da unidade e, por isso, hoje já não podemos mais referir um só Português. E volto à minha pergunta: se temos ação com a África, nós, professores da UnB do Instituto de Letras, que português ensinar?

Entre os subsistemas, o léxico geral e o terminológico são os mais afetados, sem considerar o distanciamento fonético tão evidente. Não se pode dizer, atualmente, que ensinamos *português*, sem contextualizar a língua, visto que, ao ignorar as variedades existentes, poderemos incorrer no risco de ensinar um estereótipo lingüístico de pouco valor pragmático.

Com a globalização, a terminologia científica e técnica, que circula no universo dos mercados, passa a ser veículo de dupla função, a da difusão lingüística e a da integração. Criam-se, para isso, dicionários informatizados como os mais importantes instrumentos de tecnologia das línguas e a elaboração destes resulta de projetos coletivos. É importante ressaltar esse ponto: quais são os mais importantes instrumentos de tecnologia das línguas? Gramáticas e dicionários. Quanto mais nós quisermos difundir, defender e preservar a língua portuguesa, mais teremos necessidade de gramáticas e dicionários bem constituídos, num projeto de ação estatal que considere a pesquisa acadêmica e as ações desenvolvidas em conselhos superiores, academias, bibliotecas etc.

No mundo globalizado, o progresso da integração se faz por meio de projetos institucionalizados de políticas em que as línguas ocupam lugar de destaque. Assim, de um lado, encontram-se os

Estados que regulamentam quais devem tornar-se "línguas oficiais de ensino", e de outro, encontram-se projetos internacionais avançados para difusão de línguas em territórios vastos nos quais se realizam negócios. Situações como essas demonstram como se dá a pluralidade lingüística induzida por legislações

Para ilustrar o caso em que os Estados regulamentam políticas lingüísticas, citemos a atitude do Senado brasileiro que aprovou a inclusão do ensino do espanhol nas escolas de nível médio, a partir de 2001, por meio de um Projeto de Lei que, ainda, tramita no Congresso nacional. Se pudermos considerar a proximidade do Brasil com países de língua espanhola e a oficialização do português e do espanhol — línguas do Mercosul — como elementos motivadores para que os brasileiros aprendam o espanhol de maneira planejada, vale observar que levará muito tempo para que o espanhol assuma a posição de segunda língua do Brasil. A aprendizagem do espanhol, de acordo com esse projeto, se dará como resultado de uma política de Estado induzida, o que criará sujeitos lingüísticos passivos e não usuários ativos, porque o ensino se dará em espaços localizados e fechados, e o ambiente externo não estimula o bilingüismo explícito. Daí temos hoje a diglossia com o inglês muito ativa. Ela não se dá em ambiente fechado. É o publicitário, o professor de "malhação", o jovem na praia, que querem dizer daquela forma. Portanto, não falem em bilingüismo, mas, sim, em diglossia, porque é perfeitamente localizável em que ponto esse suposto inglês está atuando fortemente.

Entre o Brasil e os outros países do Mercosul, o fluxo turístico e de negócios e, conseqüentemente, o cenário para a fala bilíngüe ainda é incipiente, pois outros sentimentos entrecruzam o espírito dos brasileiros. Um deles é o de que são capazes de comunicar-se em espanhol mesmo que nunca tenham estudado a língua; outro é o da preferência pela aprendizagem do inglês, por causa da notória influência da cultura americana nas sociedades consumidoras de seus modismos tecnológicos e da assimilação científica proveniente de linguagens especializadas que desenvolvem uma nova semântica, calcada na prática e na pragmática do "fazer saber" em inglês.

Para que se tenha um projeto equilibrado, caberá aos outros países do Mercosul planejar o ensino da língua portuguesa, ainda que o processo de difusão já se faça de maneira natural. O Brasil é atualmente exportador de cultura popular por meio da música, das novelas, do esporte, e os países de fronteira de colonização espanhola são um dos principais consumidores. Estes países aumentam a audiência da televisão brasileira em fronteiras abertas e por elas passa a língua portuguesa de maneira espontânea.

6. A título de conclusão

Atualmente, há no mundo projetos lingüísticos bem coordenados e de sucesso. Um deles é o Projeto Língua da União Européia com grande número de pessoas de países diversos aprendendo línguas que, por necessidade comunitária, têm de dominar. Nem todo mundo terá condições de aprender as quinze línguas da União Européia, mas a visão política da União Européia considerou em primeiro lugar o projeto lingüístico, porque sem língua, como já disse, nada se faz.

Outro projeto internacional de destaque na difusão da língua portuguesa, no domínio da comunicação transnacional, é o que criou a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que também poderá ter grande sucesso se levamos adiante as ações que pretendemos em conjunto, no caso Brasil, Portugal, África e Timor, por exemplo, na formação de professores para a CPLP. Com meta política definida para atingir enorme extensão territorial, distribuída entre continentes, a CPLP possui objetivos lingüísticos ainda acanhados, no plano da difusão.

Nesse quadro de política internacional, é o idioma que funciona como o suporte da reunião de povos, porém as metas da CPLP vão além da conjunção lingüística. Isso se confirma no art. 1º dos *Estatutos da CPLP*, em que fica declarado que "A comunidade dos Países de Língua Portuguesa [...] é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da cooperação político-diplomática e da cooperação entre seus Membros."

A caminho de fechar nossas idéias, falamos em consonância com Menezes, quando observa que "vivemos numa época de crescente globalização de situações e de problemas e de progressiva facilidade e rapidez das comunicações. Em tal contexto, a defesa das comunidades nacionais exige redobrada atenção à promoção e à difusão da língua." Sensível à realidade de cada uma das comunidades, o autor relembra que é por meio da língua portuguesa que os povos da CPLP exprimem as "diferentes formas de ser e de estar no mundo, as quais foram moldadas pelo tempo, pelas terras e histórias de cada um deles." Sob o enfoque exposto, a língua portuguesa, no mundo, tem um compromisso para além de ser "organismo", "instrumento", "estrutura", "sistema" — a língua é linguagens em inter-AÇÃO.

Nesse quadro de política internacional, é o idioma que funciona como o suporte da reunião de povos. É o idioma, repito. Vimos, no início desta palestra, o mapa da civilização atlântica — vejam que Angola, São Tomé, Cabo Verde estão de frente para o Brasil; Portugal, as Américas, Caribe; todos reunidos num projeto, num grande esquema de difusão de civilização — mas não podemos justificar, a presença de Moçambique, que está do outro lado da África, e do Timor Loro Sae, que agora renasce, senão como uma extensão cultural resultante de esforços que se somaram.

Eu gostaria, rapidamente, de referir a este documento que tenho em mãos. Parece que quando se mostra o texto se tem mais credibilidade. Não posso lê-lo aqui, mas este exemplar está à disposição dos que quiserem conhecer. É o Programa de Gestão da Universidade de Brasília, a que me referi anteriormente. Consideramos a língua portuguesa uma entidade de importância superior no nosso departamento, e este é um programa de metas, segundo o qual a licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua — e a UnB é o único lugar, nos países de língua portuguesa, em que existe tal curso, criado por nós — atenderá outras comunidades que não têm o português como língua materna.

Estaremos fazendo um trabalho conjunto com os surdos, que têm como primeira a língua de sinais; com os africanos, que têm as línguas nacionais e o português como língua oficial; com o Timor, que, como disse, está com um vazio lingüístico; com as comunidades indígenas, para as quais a Lei de Diretrizes e Bases prevê o ensino do português, o bilingüismo; e com os países do Mercosul, naturalmente, porque não podemos deixar que o ensino do espanhol, segundo o projeto aprovado no Senado brasileiro, seja aqui obrigatório, sem que haja a reciprocidade necessária para a difusão da nossa língua. Estamos diante de dois supra-idiomas, o espanhol e o português. Temos, então, de trabalhar conjuntamente.

Para finalizar, já que hoje pela manhã houve aqui pedidos de resultados concretos — também compartilho dessa expectativa — gostaria de dizer que a Universidade Brasília já apresenta aqui um resultado.

Em trabalho conjunto com representantes dos países da África e com o apoio do Itamaraty — agora solicitamos o apoio desta Casa —, porque se trata de uma necessidade não só lingüística, mas estritamente política, estamos organizando, em caráter emergencial, uma missão que seguirá para o Timor dentro de um mês, no máximo um mês e meio, a fim de trabalhar na formação de professores. Estaremos enviando cinco estudantes do curso de Português como Segunda Língua e uma professora habilitada para ensinar português como Segunda Língua. Esse é um resultado que trazemos. Melhor dizendo, não é resultado, mas o início do projeto que queremos desenvolver com o apoio da Reitoria da UnB.

Deixo aqui o apelo da Universidade de Brasília. Estamos receptivos ao recebimento de sugestões de todos aqueles que quiserem colaborar de alguma forma instruindo-nos sobre literatura e questões outras do idioma. Precisamos principalmente do apoio desta Casa, que defende causas muito nobres, e a defesa, a difusão e a preservação da língua portuguesa é uma causa nobre.

Meus agradecimentos a todos. Muito obrigada.